

Aspectos Legais e Éticos da Engenharia

PERÍODO2022/02

Professor: Herbert Carneiro

27-99971-3820

E-mail: herbert.depr@gmail.com

Noções de Direito Administrativo para Engenheiros. Ponto III

1- DireitoAdministrativo.(Conceito)

2- Princípios Constitucionais Administrativos. (Art. 37 Constituição da República)

3- Princípios Informadores da Administração Pública.

É o conjunto harmônico de princípios que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas. As normas de ordem pública, não podem ser afastadas nem por acordo dos interessados.

- Legalidade;
- Moralidade;
- Impessoalidade;
- Publicidade;
- Fficiência.
- Isonomia (ou igualdade entre os administrados);
 Supremacia do interesse público;

- Presunção da legitimidade;
- Auto executoriedade;
- Autotutela;
- Hierarquia,
- Indisponibilidade do interesse público;
- Razoabilidade;
- Motivação.
- 4- Atributos do ato administrativo

- 5- Poderes e deveres do administrador público
- Imperatividade;
- Presunção de legitimidade;
- Auto executoriedade.
- Dever de eficiência;

- Dever de probidade;
- Dever de prestar contas;
- Poder-dever de agir;

- O administrador público não pode deixar de agir no exercício de suasfunções.
- União;

Direta

• Estados;

Distrito Federal;
 Municípios.

Administração Dública • Autorquias (Art 27 VIV Const Bo

6- Administração Pública • Autarquias (Art.37, XIX, Const.Rep); • Fundações Públicas (Art.37, XIX, Const.Rep);

Indireta

Economia Mista. (Art. 173,

parágrafo 1º);

• Empresas Públicas (Art. 173,

parágrafo 1º); • Sociedades de

• Executivas; •

Agências.

Reguladoras.

7- Atos Administrativos. (Requisitos)

8- Parceria Público - Privada (Lei n 11079/2004)

Agente capaz;

- Objeto lícito;
- Forma prescrita ou n\u00e3o proibida porlei;
- Competência do agente;

- Finalidade de atender ao interesse público e aos objetivos da lei;
- Motivação dada porlei, justificada pelo agente;
 Objetivo da lei;
- Publicidade.

públicos.

O contrato depende de concorrência pública, consulta pública e criação de uma sociedade chamada "sociedade de propósito específico formada especialmente para gerir o objeto da parceria".

9 – Licitação

(Conceito) (Art. 37, XXI, Const. Rep)

É um procedimento que visa selecionar a proposta mais vantajosa para posteriormente ser firmado o contrato administrativo.

• Concorrência;

É uma modalidade especial de concessão de serviços

- 10- Modalidades de Licitação
- icitação Concurso;
- Tomada de preços; Convite;
- Leilão;

• Lei nº 8666/1993

• Lei nº 10520/2002

• Pregão.

• Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 11- Tipos de Licitação

(Art. 45, paragrafo

8666/1993)

1º. Lei

Menor Preço;

Melhor Técnica;

Técnica e Preço;

Maior lance ou oferta.

12- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021)

> 13- A nova Lei de Licitações e Contratos Publicada no dia 1º de abril de 2021, tendo entrado em vigor na mesma data. No entanto a lei conferiu à administração a possibilidade de durante os dois primeiros

• Lei nº 12462/2011 e 12688/2012

anos de sua vigência, optar por licitar ou contratar de acordo com a nova lei.

As atuais leis de licitações e contratos

Administrativos (Lei nº 14133/2021 Revoga)

14- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021) Vocatio Legis pregão (Lei nº 10520/2002), do regime administrativos do (Lei nº 8666/1993), diferenciado de contratações (Lei nº 12462 de 2011 e Lei nº 12688/2012). Poderão ser utilizadas até 31 de março de 2023.

No período de dois anos de transição, os entes públicos podem escolher qual lei será usada na licitação, a antiga ou a nova. Mas tem que avisar qual será o ordenamento jurídico a ser seguido.

Exercícios complementares

Questões relevantes para os Engenheiros.

1-Considerando que você é engenheiro de um órgão público o que exigiria no projeto básico ou termo de referência de uma obra ou serviço? Justifique.

2-A nova Lei nº 14133/2021 instituiu o portal nacional de contratações públicas lançado no dia 9 de agosto de 2021. Qual a sua importância?

Pesquisar: Decreto nº 10764/2021.

3-A nova lei de licitações trouxe doze (12) novas figuras típicas a nossa legislação criminal, inserindo-a no Código Penal. Comente pelo menos duas, afetas ao exercício da Engenharia.

Pesquisar: Artigo 337, letras "e" a "p" do Código Penal.

Exercícios complementares

Questões relevantes para os Engenheiros.

4- Qual a importância do Gestou Público obedecer ao princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e o principio da economicidade (art. 70 da Constituição Federal)?